

# **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 6.951, DE 2002**

**(Apenso o PL 1.872, de 2003)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (código 51. 01. 039 - AMB), conhecido como "Teste da Orelhinha", nas unidades públicas e privadas do Sistema Único de Saúde ou conveniadas e dá outras providências ".

**AUTOR:** Deputado POMPEO DE MATTOS

**RELATOR:** Deputado ADELOR VIEIRA

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, visa a tornar obrigatória a realização do exame de Emissões Otoacústicas Evocadas — EOA, em recém-nascidos, em todas as maternidades e serviços hospitalares do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para tanto, define que o referido teste será providenciado pelo estabelecimento em que a criança nascer junto a laboratório público ou conveniado ao SUS. Determina, ainda, que as maternidades e serviços hospitalares da rede privada, também, terão a obrigação de disponibilizar o teste.

Para justificar sua iniciativa, o Autor menciona que a detecção precoce da surdez em muito ajudaria a criança em seu aprendizado, na fase de aquisição da linguagem e na sua inserção social.

Ao PL nº 6.951/02, foi apensado o PL nº 1.872, de 2003, de autoria do Deputado Durval Orlato, o qual "*dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de 'Emissões Otoacústicas Evocadas - EOA, conhecido como 'teste da orelhinha' para todos os recém-nascidos no País*".

O teste, segundo o projeto apensado, deverá ser realizado de forma obrigatória e gratuita em todas as maternidades, hospitais e centros de saúde públicos e nas maternidades e hospitais privados conveniados com o SUS. Cabe aos gestores do SUS dispor sobre o planejamento, organização, fiscalização, orientação às famílias e demais procedimentos indispensáveis ao cumprimento da norma.

Ambos os Projetos foram distribuídos a esta Comissão de Seguridade Social e Família, em caráter terminativo, para serem apreciadas quanto ao mérito, e à douta Comissão de Constituição, Justiça e de Redação, a quem cabe a análise sobre a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

No prazo regimentalmente previsto, não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Indubitavelmente, as Proposições ora sob análise revestem-se de grande relevância para a saúde pública, pois a deficiência auditiva, em seus mais variados graus, além de ter alta incidência, é responsável por prejuízos na aquisição da fala, o que causa comprometimento do aprendizado e da sociabilidade da criança.

A detecção precoce dos problemas auditivos permite que a criança receba cuidados que podem minimizar as conseqüências negativas

advindas da deficiência, viabilizando um melhor desenvolvimento cognitivo e emocional.

Assim, cremos que tornar obrigatório o diagnóstico das deficiências auditivas nos recém-nascidos, em todas as maternidades e instituições que realizam partos no País, é iniciativa meritória e merece todo o nosso apoio.

No entanto, cremos não ser adequado mencionar o nome do teste, pois o que, hoje, é considerado o exame diagnóstico de ponta, pode não o ser mais adiante, com as inovações tecnológicas incorporadas em ritmo acelerado, como vemos acontecer. Mais ainda, não procede inserir, como está posto na Ementa do Projeto, o código do procedimento da tabela da Associação Médica Brasileira - AMB.

Também, parece-nos que a forma como os dispositivos estão formulados deixam certa ambigüidade quanto à abrangência da obrigatoriedade instituída, se ela é extensiva a todos os serviços privados que realizam partos ou apenas àqueles conveniados com o SUS. Para evitar dúvidas e futuras polêmicas quanto à aplicação da lei, sugerimos modificação do texto para deixar claro que todos os serviços, públicos ou privados, que realizam partos estão obrigados a realizar o diagnóstico das deficiências auditivas nos recém-nascidos.

Apresentamos, pois, Substitutivo aos Projetos, para contemplar as alterações sugeridas.

Nosso voto é pela aprovação dos Projetos de Lei n.º 6.951/02 e nº 1.872/03, nos termos do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2003.

**DEPUTADO ADELOR VIEIRA**

**RELATOR**

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nº 6.951/02 E 1.872/03

Determina a obrigatoriedade de realização de triagem auditiva em recém-nascidos, em todas as maternidades e estabelecimentos de saúde que realizam partos.

O Congresso Nacional decreta:

*Art. 1º É obrigatória a realização de triagem de problemas auditivos em todos os recém-nascidos, nas maternidades e serviços que realizam partos, de estabelecimentos públicos e privados, antes da alta hospitalar.*

*Art. 2º O Poder Executivo expedirá normas regulamentadoras indispensáveis ao cumprimento desta Lei.*

*Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003.

Deputado Adelor Vieira